

O NATURAL NÃO NATURAL: a concepção de criação da Natureza pelo homem moderno e sua inserção na cidade (séculos XVIII e XIX)

Yuri Simoni¹

Resumo: Entre as transformações ocorridas no mundo ocidental, principalmente a partir da Idade Moderna, as revoluções comerciais, urbanas e industriais e o pensamento racionalista imprimiram uma nova relação entre o homem e o meio natural. Como consequência, surgiu novas concepções que resultaram numa nova elaboração conceitual da Natureza com o intuito de explorá-la conforme seus interesses. Paralelamente, na medida em que o homem tentava se afastar da natureza, este buscava incorporá-la à vida urbana, de forma sistematizada, a partir da criação de jardins e de parques públicos. O trabalho tem como objetivo compreender o significado do que seria essa Natureza, a partir de uma relação de poder e de hierarquização unilateral e questiona como o homem moderno a percebia por meio de uma construção representativa e de que forma ele inseriu a Natureza dentro da cidade.

Abstract: Among the changes occurred in the occidental world, mostly after modern age, commercial revolutions, urban and industrials and the rational thought has a new relation imprinted between man and the nature. Consequently, new conceptions surfaced resulting in a new conceptual elaboration of the nature and how to exploit it. Sideways, while the man tries to get distant from the nature, he tried to incorporate it among urban life, systematically, with gardens and public parks. This paper have the objective to understand the meaning of what is this nature, from the relationship of power and one sided, questioning how the modern human being perceived within an representative construction and which different ways he inserted the nature into the city.

Considerações iniciais

Natureza. Uma palavra que usamos constantemente no nosso dia a dia e dotamos de tantos significados que não sabemos mais qual é seu sentido original. Normalmente ela é empregada com tanta “naturalidade” nos nossos discursos, como se o sentido por detrás dessa palavra fosse algo tão certo, tão preciso, que não seria mais necessário indagar o que seria Natureza².

Regina Horta Duarte (2005) defende que o termo Natureza é uma criação cultural, e, portanto, humana. Para essa autora, o que existe são diversas Naturezas, em sentidos amplos, de acordo com o que se busca de significante na construção de um discurso. Assim, a Natureza, entendida comumente como um espaço geográfico no qual o homem não intervém

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando em Arquitetura e Urbanismo; Bolsista CNPq

² Cf. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Vale lembrar que isso não é uma exclusividade dela; muitas outras palavras ditas no nosso cotidiano também trazem em si essa característica

ou que é preservada em sua condição original, também é uma construção representativa utilizada para se contrapor aos espaços já modificados pelo homem³.

Para Carlos Walter Porto Gonçalves (1998), o conceito de Natureza não é natural, pois se trata de uma construção social e que se aproxima da assertiva de Duarte. Segundo ele, toda sociedade, toda cultura cria e institui uma determinada idéia de Natureza:

A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva.(GONÇALVES, 1998:26-27).

A relação, a ação e a intervenção do homem sobre o meio natural não é um fenômeno recente, como apontou o autor. Desde tempos antigos que a humanidade possuía uma estreita ligação com o espaço ao seu redor, construindo e tecendo relações e representações. Contudo, foi no período moderno o momento no qual o homem começou a mudar a sua percepção sobre o que há em sua volta e a sua relação com a natureza, conceito que ele mesmo criou. Assim, o objetivo desse trabalho seria compreender o significado do que seria natureza para o homem moderno, entre os séculos XVIII e início do XIX, a partir de uma relação de poder e hierarquização⁴. Nessa medida, questiona-se: como o homem moderno percebia o meio natural? De que maneira esse homem construiu a noção de natureza e como ele a usou dentro da cidade? O trabalho se divide em duas partes. Primeiro, demonstra o desenvolvimento da construção conceitual da Natureza a partir de pressupostos religiosos e científicos e o papel do homem na sua relação com o meio natural. A segunda parte analisa a inserção da natureza dentro da cidade, enfocando nos seus usos e na sua configuração no meio urbano.

A construção da Natureza pelo homem moderno

Durante a Idade Moderna, homem passou por uma transformação mental na sua relação com a Natureza. Michel Serres (2005:27) afirma que ela desapareceu no período

³ A definição de representação entende-se como, “a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou imaterial que se distancia no mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido” (PESAVENTO, 1995, p.2). A essas palavras, a autora acrescenta Roger Chartier que trabalha a questão da representação diferenciando o representante e o representado. Nesse sentido, articula-se uma relação de classificação da realidade conforme a construção de um determinado grupo. No caso, a natureza é representada como algo criado a partir de um determinado olhar sobre ela.

⁴ Naturalmente, a natureza abarca dentro do seu significado elementos da fauna e da flora. Optou-se por adotar apenas o viés da flora visto que se pretende analisar o espaço modificado pelo homem, i.e. as áreas denominadas “verdes” ou “naturais”.

renascentista, pois “(...), a natureza passou a significar o conjunto das propriedades essenciais de um ser ou de uma coisa; ao definir a natureza desse modo, a metafísica afirmava que conhecia a sua realidade antes mesmo de analisar as suas propriedades”.

Se, antes, o homem possuía laços de dependência com a natureza, o período moderno, com o desenvolvimento científico, o advento dos Estados Nacionais e a sua centralização política permitiram ao “novo” homem ultrapassar os muros da antiga cidade medieval e se espalhar para fora dos limites urbanos. A floresta, vista como um lugar de temor, agora é um local que deveria ser usado e moldado pelo homem conforme as suas necessidades. Não é à toa que, no Iluminismo, um dos temas centrais seria justamente a vitória do homem sobre a natureza, e não é coincidência que o emprego de terminologias bélicas e agressivas são agora adotadas como, por exemplo, “posse”, “conquista” e “domínio”. De acordo com Keith Thomas (1996), é somente no último cartel do século XX que dogmas e paradigmas sobre a Natureza, construídos na Idade Moderna, vão sendo gradativamente abandonados.

Inicialmente, o homem busca legitimar o seu papel de ser superior perante o meio natural. E essa justificativa, paradoxalmente, vai sendo construída a partir da ótica religiosa. É certo que o homem, desde a sua antiguidade, associava a Natureza as suas crenças⁵ e essa visão, reforçada pelo teocentrismo do mundo medieval, ainda seria usada pelo homem moderno. Assim, buscava-se, a partir dos preceitos bíblicos, tanto por parte de católicos como pelos reformados, formas de legitimar a sujeição da natureza ante a ele: “O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino” (THOMAS, 1996:23).

O cristianismo, então, iria se apoiar numa distinção entre o natural e o convencional e na diferenciação, grosso modo, platônico de alma e de corpo para defender sua concepção de que o homem não pertence a Natureza, mas seria fruto da graça divina. Paralelamente, imporia também uma idéia que essa mesma Natureza, justamente por ser uma criação divina, desempenharia um papel específico dentro do projeto de Deus o qual seria justamente a subserviência dela ao homem.

O antropocentrismo e a observação empírica do período setecentista pareciam confirmar justamente isso. Criava-se um pensamento no qual os animais e as plantas foram criados por Deus para o uso e conveniência humana. Destarte, amalgamaram-se preceitos bíblicos a um pensamento racionalista no qual o primeiro criava alicerces morais para o uso

⁵ Apesar de entender que esse pensamento não é nenhuma novidade às civilizações pré-cristãs e a sua relação com o Bosque Sagrado. Ver, por exemplo, COULANGES, Fustel. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

da Natureza, e cujos avanços técnicos e científicos corroboravam esses ideais. É interessante apontar que essa visão de que o homem tinha livre permissão de intervir na Natureza como bem quisesse teria, como consequência, o seu uso extensivo em uma escala progressiva, notado principalmente a partir da Segunda Revolução Industrial. Haveria, sem dúvida, um distanciamento religioso, mas este seria de fundamental importância para “inocentar” o homem da sua ação predatória.

Progresso e civilização sempre foram palavras comumente associadas ao período moderno, ao mesmo tempo em que o homem dependia quase que exclusivamente da Natureza para manter-se. Os preceitos religiosos creditam ao homem o poder de gerir os recursos naturais conforme unicamente a sua necessidade e, durante os séculos XVIII a XIX, diversos pensadores e religiosos travaram debates no sentido de demonstrar e explicar o porquê da existência da fauna e flora e qual seriam as suas relações com a humanidade. No tocante a justificativa da sujeição da Natureza, parte-se, por conseguinte, para a noção que não apenas os recursos naturais podiam ser livremente despendidos, mas também se construía a noção de que era permissível ao homem moldá-la: “o mundo [segundo o pensamento moderno] era plástico, apto a ser adaptado e modelado” (THOMAS, 1996:34). A Natureza era, pois, não apenas um local para retirar o sustento ou extrair produtos necessários à vida humana. Era, também, um laboratório para que cientistas pudessem dedicar-se aos estudos e às tentativas de transformar plantas e animais em verdadeiros produtos para o uso do homem. O utilitarismo seria o objetivo real dessa ação sobre a Natureza, já que ela existia tão somente para seu usufruto.

O homem moderno não se apercebia como componente da Natureza. O antropocentrismo garantia a ele uma superioridade, dadas as suas condições de pensar e sentir, que não eram características comuns, como se pensava, às outras espécies. Entendia-se que, por ter tantos “dons” e “privilégios”, o homem era algo tão dissociado da Natureza que permitia a sua coisificação: “tornada ‘outra’, autônoma e independente de qualquer relação com os desejos afetivos do homem (...)”. Ao mesmo tempo em que “(...) ela poderia ser possuída, e mesmo subjugada” (SILVA, 2005:44). Assim, construía-se a percepção do homem como ser superior e, portanto, dominante.

Essa ação desmedida e predatória concorreria com outra visão sobre a Natureza. Nessa vertente ela teria um papel eminentemente sentimental e simbólico, num momento em que o homem vai se distanciando do campo e assumindo uma vida citadina. A cidade, então, a partir da Idade Moderna, assumiu o papel central na vida humana, principalmente com as revoluções comerciais, industriais e urbanas que estavam acontecendo.

A Natureza dentro da cidade

A urbe sempre foi pensada como uma das principais obras do engenho humano. Suas características e funções foram se adaptando e moldando conforme o período histórico no qual homem passava. No entanto, em linhas gerais, até a Idade Média, a cidade possuía uma clara delimitação que a diferenciava dos seus arredores, os muros. Concebia-se que, do lado de fora da proteção garantida por eles, o mundo natural e selvagem oferecia ao homem apenas o desconhecido e o perigo. Conforme apregoa Jaques Le Goff (1992:15), a muralha “foi o elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais”.⁶

Esse constructo antropizado jamais estará plenamente terminado, sendo gradualmente modificado na medida em que seus atores sociais também vão se modificando e, portanto, não pode ser visto como um ato espontâneo. Continuamente, se desenvolve novas formas de interação com o ambiente por meio dos outros atores ao seu redor resultando numa dialética permanente. A cidade e o espaço natural ao seu redor, quando moldadas pelas mãos dos homens, também iria incidir numa decorrente mudança da mentalidade e do próprio papel do homem sobre o espaço construído e sobre a Natureza.

O avanço sistemático da cidade sobre as áreas circunvizinhas, a transformação de áreas incultas em terras agro-pastoris e – notadamente no caso inglês – em áreas de mineração, promoveram uma rápida degradação ambiental. Além disso, a cidade também vai se transformando em um local em que se concentrava o que havia de melhor e, principalmente, de pior no homem.

Ao mesmo tempo, florescia uma sensibilidade de preservação, seja para o usufruto da aristocracia, que fugia para suas propriedades, seja pelo nascimento do ideal dos intelectuais ao conceberem novas formas de se pensar a Natureza⁷. No final do séc. XVIII, surgiu a tendência de unir o cultivo sistemático ao reflorestamento de áreas degradadas, para criação de lugares de vivência (CAPEL, 2002). Na medida em que florescia no “novo homem” o ideal urbano, este fazia diversas tentativas de buscar a Natureza dentro e fora da cidade.

A cidade, então plenamente consolidada e cujas características há muito divergiam do campo, dava indícios do alto preço a ser pago pela civilização e pelo progresso que a acompanhava. A poluição do ar, o lixo, o esgoto nas ruas e o aumento e concentração de

⁶ Mais adiante, o autor afirma que a relação entre o homem e a natureza, nesse momento, já estaria se construindo uma percepção de uma natureza sob a forma de um constructo dentro da cidade: “(...) o que permanecia de ‘natureza’ não passava de uma ‘imitação’ sofisticada da natureza”. (LE GOFF, 1992:15.)

⁷ Sobre o pensamento dos intelectuais e a questão da natureza, cf. GLACKEN, Clarence. *Huellas em la playa de Rodas*, Barcelona: Del Serbal, 1996 – principalmente a terceira e quarta parte do livro.

vícios morais (como, por exemplo, o jogo e a prostituição), levariam as classes de maior poder aquisitivo a uma fuga da cidade (*Fugere Urbem*).

Dois pontos importantes devem ser analisados sobre o movimento de fuga para o campo. Primeiramente, quando os nobres europeus partiam para o campo, não buscavam refúgio em casebres rústicos, mas em verdadeiras ilhas citadinas, nas quais eram garantidos todos os luxos e confortos que uma casa na cidade poderia oferecer. O homem saía da cidade, contudo, a cidade permanecia dentro de si. Segundo, essa fuga não simbolizava um retorno as suas origens ou raízes ancestrais. Era um escapismo dos males da cidade, o que era reforçado pela conotação de um campo idealizado, perfeito, cujos males capitalistas ainda não macularam. A paisagem que se procurava no rural era tentadora para os que viviam sob a nova ordem manufatureira que as cidades impunham ao homem. O contraste entre a vida urbana e a rural era um tema recorrente e tradicional, principalmente na literatura. Foi bastante utilizado o ideário do primeiro para expor as mazelas do segundo.⁸

Num sentido inverso, trazer a Natureza para o espaço intra-urbano não foi um processo novo. Horácio Capel (2002) sugere que o desejo de incorporá-la dentro dos limites urbanos vem desde a Idade Antiga – e sempre com uma relação direta à noção de paraíso. Posteriormente, a cidade renascentista retomaria e construiria uma estreita ligação com a Natureza. A partir do século XVIII, o ideal de embelezamento ultrapassou o entorno do palácio e se ampliou para a cidade e, a partir de projetos de arquitetos e urbanistas, houveram diversas intervenções, principalmente nos jardins e nos passeios públicos. Segundo Benedetto Gravagnuolo, o uso da vegetação se tornou um elemento determinante na composição urbanística:

Sin embargo, habrá que esperar que al *Essai* de Laugier para encontrar um explícita y sistemática teorización de la referencia naturalista como *técnica*, antes aún que como alegoría, del diseño de la ciudad, teorización que abre paso a la concepción “ilustrada” de la dialéctica urbana (GRAVAGNUOLO, 1998:29)⁹.

A natureza dentro da cidade se tornaria, então, a horta (ou pomar) e o jardim – que mais tarde se transformaria no passeio público, a partir do século XIX – locais que denotavam atividades de exposição, ostentação e de contemplação. Percebe-se também que, durante os

⁸ Cf. WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: Na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

⁹ O ensaio que o autor menciona seria o *Essai sur l'architecture*, publicado na França, em 1753, de autoria de Marc-Antoine Laugier, jesuíta francês que defendia um retorno ao racionalismo e a simplicidade nas construções. Cf. ENCICLOPAEDIA Britannica. *Classicism* (1750 – 1830). Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/32952/Western-architecture/47376/Classicism-1750-1830#ref=ref489229>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

séculos XVIII e XIX, o jardim passou de um capricho aristocrático para o usufruto de todas as camadas da sociedade (THOMAS, 1996). A horta, por sua vez, seria outra forma de apropriação natural que era usada para a subsistência.

Porém, a Natureza transformada em um jardim teria contornos próprios, o que motivou diversas discussões sobre como esta deveria se apresentar dentro do contorno urbano. De qualquer forma, ela deveria ser mais uma vez submetida aos caprichos do homem, com a imposição do alinhamento e da racionalidade no cultivo e plantio das árvores e das flores.

Entendia-se que o jardim seria um pequeno mundo do qual o homem seria o senhor absoluto, cuidando e tratando as plantas de forma similar aos animais domésticos: “Tal como os animais de estimação, elas [as flores e as árvores] eram criadas em condições artificiais, submetidas por completo aos caprichos do homem” (THOMAS, 1996:287). Pensamento este, também defendido por Capel (2002:277): “(...) durante el siglo XVIII la naturalidad del paisaje no significa realmente el paisaje tal como se encuentra. (...). Se trata, pues, de un paisaje natural modelada por la accion humana”. Percebe-se que a inserção da Natureza na cidade, nesse momento, somente seria feita a partir de preceitos racionalistas e artificiais. Ela seria apenas um elemento de valor decorativo, dominado e controlado, tal qual o projeto arquitetônico de uma edificação.

Essa a percepção de Natureza se calcou em uma linha de pensamento no qual perpassou questões religiosas e científicas, durante os séculos XVIII e XIX. A Natureza era algo que o homem poderia manusear, moldar, criar ou destruir, ou seja, uma artificialidade de algo que se queria entender como natural. Nesse momento, no final do século XVIII, surgia, em paralelo, um debate sobre a questão do que seria belo e do que seria sublime em relação a Natureza. Marcos Virgílio Silva (2005:56) afirma que “enquanto o belo valoriza a ordem, o retiro e o isolamento, o sublime exclui o repouso de seu código estético, dando preferência ao movimento e à agitação”. Ou seja, a discussão era se o que deveria ser enaltecido era o estado “puro” da Natureza – seu aspecto selvagem e sem a interferência humana, incluindo os elementos que causavam temor, como os vulcões, as tempestades; ou se a mesma deveria ser apenas o que seria entendido como esteticamente belo (e certamente os modismos e o mercado seriam fatores decisivos para a definição do que seria belo).

Surgiam, então, diversos questionamentos que incidiam sobre o homem moderno: o que seria então o belo na natureza? O que selecionar dela para a cidade? O que é natureza pura? E o que significaria, na realidade, natureza?

Por un lado, a través del jardín puede intertarse la imitación y la reproducción, lo que supone un intento de reconstituir la naturaleza cerca del hombre, y el sentido constituir un empeño válido. Por otro, a la vez, esse intento puede ser juzgado negativamente, al representar un mal sucedáneo de la naturaleza en sí misma, la cual en realidad no puede ser imitada. (CAPEL, 2002:292).

Outras mudanças no espaço natural dentro das cidades seriam percebidas no século XIX. O jardim se consolidou como um equipamento público, tornando-se as praças e os bulevares nas áreas centrais. Fora o aspecto das novas formas de sociabilidade, havia também os preceitos higienistas, devido justamente à aceleração da expansão urbana, a grande aglomeração populacional e a todos os problemas decorrentes. Dessa forma, a natureza retomou o papel de redentora da saúde humana. Outro fator que merece ser destacado é que as praças arborizadas eram espaços de práticas de recreação e de lazer, controladas socialmente, bem adequadas a um governo preocupado com as condições sociais que foram trazidas pelas revoluções industriais. Criavam-se também hortos botânicos e zoológicos, lugares acessíveis a todas as camadas da sociedade. Pode-se até dizer que a Natureza estava, agora, ao alcance de todos.

Porém, o capitalismo se configurou no principal agente interventor no espaço natural na cidade. Primeiramente, a pressão e a especulação imobiliária iriam incidir fortemente nas áreas verdes, com o intuito de lucrar com os loteamentos e criação de novos bairros. Segundo, o uso do ideal da fuga da cidade insalubre foi retomado, utilizando a Natureza como atrativo. É nesse momento que surgiu a concepção moderna de subúrbio, valorizado por suas áreas verdes e pela baixa densidade demográfica (MUNFORD, 2004).

Outra concepção que se pode perceber, em fins do século XIX, era que, apesar do aparente desapareço à cidade, muitos buscavam criar uma ligação entre a cidade e o campo com a intenção de reunir o que havia de melhor dos dois mundos. Diferentemente dos subúrbios, os planejadores urbanos tencionavam construir um novo tipo de cidade. Esse movimento foi denominado de utopias urbanas e um dos principais expoentes seria Ebenezer Howard, em 1890, o qual entendia que “(...) la solución debía venir a través de las ‘Ciudades-jardín’, en que las que esta naturaleza amonestada desempeñaría el papel del campo en la ciudad” (CAPEL, 2002:353).¹⁰

Esse ideal de Cidade-jardim incorporou a Natureza como elemento essencial da vida urbana. Longe de ser um mero atrativo ou redentor dos males humanos, a Natureza era vista

¹⁰ De acordo com Thomas (1996), a noção de Cidade-jardim não é uma idéia contemporânea, mas sim de autoria de John Evelyn, em 1661. Percebe-se que as concepções de incorporação do campo na cidade e das tentativas da união de dois mundos aparentemente tão díspares já encontravam defensores desde o séc. XVII.

como o fator componente e interdependente do homem em uma coexistência simbiótica – mas que ainda sofreria uma grande intervenção humana nessas áreas naturais – atrelada a práticas sociais e a uma economia auto-suficiente. A Cidade-jardim seria, então, entendida como: “(...) a Town designed for healthy living and industry; of a size that makes possible a full measure of social life, but not larger; surrounded by a rural belt; the whole of the land being in public ownership or held in trust for the community”. (OSBORN, 1949:26). Porém, apesar das propostas terem sido implantadas com relativo sucesso na sua fase inicial, logo foram subvertidas de Cidades-jardins para Bairros-jardins ou Subúrbios-jardins, com resultados desastrosos, como bem lembra Peter Hall (2005).¹¹

À guisa de conclusão

O homem e o meio natural possuem uma relação de desigualdades na qual o primeiro sempre buscou meios de submeter o outro a sua vontade. Nesse ínterim, diversas foram as concepções de pensamento que agiram para justificar, legitimar e inocentar o homem. É preciso entender que a ligação entre o homem e o divino sempre esteve no âmago do pensamento humano desde a sua Antiguidade – e principalmente, no tocante a sua “condição especial”. Contudo, na Idade Moderna, esse pensamento adquiriu um viés mais elaborado da supremacia humana, com o consentimento de Deus, a partir dos preceitos bíblicos. Essa percepção só perderia vigor a partir do final do século XIX e no decorrer do XX, quando os problemas ambientais e as mudanças climáticas forçariam o homem a rever esses paradigmas.

A busca, um tanto quanto paradoxal, de aprovação religiosa num momento em que, tanto a sociedade quanto o governo, estavam se tornando cada vez mais laico, mostra que nem sempre os processos históricos são pontuados por rupturas, mas que existem linhas de continuidade que se estendem e se mantêm. Apesar das Luzes, do pensamento racionalista se consolidar e se tornar a base do conhecimento europeu moderno, em vários momentos, um “exame de consciência” se fazia necessário para que o homem se livrasse da culpa.

A natureza, então era um meio, algo que estava à disposição do homem. Para tanto, era preciso primeiro construir essa noção de Natureza com o intuito de afastar homem do meio natural: “a natureza era algo a ser inventado, ou a ser reconhecido como alteridade

¹¹ Cf. HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow*. 3.ed. London: Faber&Faber, 1949; BEEVERS, Robert. *The Garden city Utopia: a critical biography of Ebenezer Howard*. New York: St. Martin's Press, 1988; CAPEL Horário, El jardín paisagista y su influencia en el diseño urbano: el camino hacia la ciudad jardín. In: _____. *La Morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. v.1. Barcelona: Del Serbal, 2002, p.339-373; e HALL, Peter. *A solução cidade-jardim: Londres, Paris, Berlin, Nova York (1900-1940)*. In: _____. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

distinta a integrar o universo humano” (CARVALHO, 2003:26). Essa construção atendeu a diversas demandas sociais e econômicas e propiciou não somente o seu usufruto, como também o ímpeto de moldar, recriar e enxertar novas formas. Em outras palavras, o que era visto como selvagem, caótico e inóspito deveria ser domesticado, organizado e produtivo. Era, portanto, o advento de “(...) um meio agradável de impôr a ordem humana ao mundo natural desordenado” (THOMAS, 1988:304).

Porém, mesmo a idéia de supremacia humana não era uma corrente homogênea. Muitos que se debruçaram sobre Natureza como objeto de estudo (sejam intelectuais, gestores ou artistas), propunham ora um afastamento ora um retorno à condição natural. Isso se deu, principalmente quando a cidade passou a concentrar e a centralizar a vida do homem.

A cidade moderna, o produto que demonstrou o auge da civilização humana, possuía em seu espaço uma exacerbação, uma capacidade de potencializar tudo que havia de bom e de ruim do homem. E certamente, as mazelas das cidades provocaram, em muitos, um desejo bucólico de retorno ou de trazer a Natureza para dentro do seu espaço, conforme discutido anteriormente. Mas, mesmo essa Natureza deveria se inscrever num espaço restrito com funções determinadas sejam de cunho estético ou de cunho utilitarista – respectivamente jardins e hortos, principalmente no meio urbano.

A Natureza dentro do espaço intra-urbano da cidade exprimia, assim, uma síntese do pensamento humano sobre o meio natural: algo que foi moldado, construído conforme os gostos e as modas, algo que deveria servir ao homem como forma de prazer e de serventia. Os jardins cultivados e podados, as árvores alinhadas, criando belos bulevares e passeios públicos. E quando se pensou na adoção das Cidades-jardins como uma forma de encontrar um meio de relacionar as atividades humanas à uma vida mais próxima à Natureza, também existia sobre ela os mesmos mecanismos de controle e conformação encontrados nos pequenos jardins e nas praças arborizadas. O homem sempre buscou a Natureza para si, mas somente encontrou um natural artificial, criado por ele mesmo.

Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Marcos. *O que natureza*. 2. reimpr. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CAPEL, HORACIO. *La Morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*. v.1. Barcelona: Del Serbal, 2002. Colección La Estrella Polar.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ENCICLOPAEDIA Britannica. *Classicism* (1750 – 1830). Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/32952/Western-architecture/47376/Classicism-1750-1830#ref=ref489229>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.

GRAVAGNUOLO, Benedetto. *Historia del Urbanismo em Europa (1750-1960)*. Madri: Akal Aquitectura, 1998.

GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. *Terra Livre*, São Paulo, n.17, p.155-170, 2001.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow*. 3.ed. London: Faber & Faber, 1949.

LE GOFF, Jaques. Crescimento e tomada de consciência urbana. In: _____. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.03-54.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OSBORN, F. J. Preface. In: HOWARD, Ebenezer. *Garden cities of to-morrow*. 3.ed. London: Faber&Faber, 1949.

SERRES, Michel. *O incandescente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SILVA, Marcos Virgílio. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da idéia de meio ambiente urbano*. 2005. 248f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.